



## PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

# LGPD NO PODER JUDICIÁRIO

**Produção:**

Flávio Sousa de Andrade Junior - Estagiário da Biblioteca

**Supervisão:**

Rejane Maria Façanha de Albuquerque - Gestora da Biblioteca

BIBLIOTECA ADERBAL NUNES FREIRE - TRT7

06.21

# ARTIGOS

## **1. A regulação do agir decisório disruptivo no judiciário brasileiro e a observância do princípio da precaução: juiz natural ou "juiz artificial"?**

FERNANDES, Rafael Gonçalves; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. A regulação do agir decisório disruptivo no judiciário brasileiro e a observância do princípio da precaução: juiz natural ou "juiz artificial"?. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 19, n. 30, p. 91, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3446/1257>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **2. Quais Medidas o Judiciário pode Aplicar no Descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais?**

CARDOSO, Oscar Valente. **Quais Medidas o Judiciário pode Aplicar no Descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais?** 2021. Disponível em: <https://ovcardoso.jusbrasil.com.br/artigos/1151929413/quais-medidas-o-judiciario-pode-aplicar-no-descumprimento-da-lei-geral-de-protacao-de-dados-pessoais>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **3. A Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no Judiciário: recomendação nº 73/2020 do conselho nacional de justiça.**

CARDOSO, Oscar Valente. **A Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no Judiciário: recomendação nº 73/2020 do conselho nacional de justiça.** 2020. Disponível em: <https://ovcardoso.jusbrasil.com.br/artigos/917225251/a-aplicacao-da-lei-geral-de-protacao-de-dados-no-judiciario-recomendacao-n-73-2020-do-conselho-nacional-de-justica>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **4. Lei geral de proteção de dados aplicada pelos tribunais trabalhistas: a coleta de dados pelo Poder Judiciário e a colisão de princípios.**

ARAÚJO, Bruna de Sá; LIMA, Luciana Lara Sena. Lei geral de proteção de dados aplicada pelos tribunais trabalhistas: a coleta de dados pelo poder judiciário e a colisão de princípios. **Revista do TST**, São Paulo, v. 86, n. 4, p. 67-82, out./dez. 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/181610>. Acesso em: 16 mar. 2021.

## **5. Impactos práticos da LGPD.**

GÓES, Tatiane Franzzini de. Impactos práticos da LGPD. 2021. Disponível em: <https://tatianefranzzinigoes.jusbrasil.com.br/noticias/925079380/impactos-praticos-da-lgpd>. Acesso em: 16 mar. 2021

## **6. A proteção de dados do trabalhador: o direito do trabalho constitucionalizado e seu diálogo com o direito à privacidade.**

ACCIOLY, Clara Lacerda. A proteção de dados do trabalhador: o direito do trabalho constitucionalizado e seu diálogo com o direito à privacidade. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 01, n. 15, p. 255-264, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/22429>. Acesso em: 16 mar. 2021.

## **7. A Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) e a exposição de dados sensíveis nas relações de trabalho.**

SANTOS, Flávia Alcassa dos. A Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) e a exposição de dados sensíveis nas relações de trabalho. **Rev. do Trib. Reg. Trab. 10ª Região**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 145-151, 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/182570>. Acesso em: 16 mar. 2021.

## **8. A LGPD e os impactos sobre o tratamento de dados pessoais de Adolescentes nas Relações de Trabalho.**

FREITAS, Bruna Sampaio Jardim. A LGPD e os impactos sobre o tratamento de dados pessoais de Adolescentes nas Relações de Trabalho. **Direito Unifacs: Debate Virtual**, Salvador, n. 246, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/6962/4226>. Acesso em: 16 mar. 2021.

# NOTÍCIAS

## **1. Poder Judiciário aplica a primeira multa com base na LGPD.**

XAVIER, Gustavo. **Poder Judiciário aplica a primeira multa com base na LGPD.** 2020. Disponível em: <https://jcm.adv.br/noticia/poder-judiciario-aplica-a-primeira-multa-com-base-na-lgpd/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **2. CNJ apresenta ações para aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados.**

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **CNJ apresenta ações para aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados.** 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-03/cnj-apresenta-acoes-aplicacao-lgpd>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **3. Para Martins, ação do Judiciário ajudará na efetivação dos direitos previstos na LGPD.**

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Para Martins, ação do Judiciário ajudará na efetivação dos direitos previstos na LGPD. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-22/martins-acao-judiciario-ajudara-efetivacao-lgpd>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **4. Tribunais se adequam à LGPD.**

MIGALHAS. **Tribunais se adequam à LGPD.** 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/339525/tribunais-se-adequam-a-lgpd>. Acesso em: 28 jun. 2021.

# MULTIMÍDIA

## **1. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do STJ.**

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do STJ. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2020. (80 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhLLtb2AINM>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **2. Principais Aspectos da LGPD no Poder Judiciário.**

MINAS GERAIS. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Principais Aspectos da LGPD no Poder Judiciário. Minas Gerais - MG: Ejef/Tjmg, 2020. (93 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-esprxqifQg>. Acesso em: 28 jun. 2021.

## **3. Webnário sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Poder Judiciário.**

PORTO ALEGRE. Escola de Magistrados. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Webnário sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Poder Judiciário. Porto Alegre - RS: Emagis - TRF4, 2020. (284 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IUfcpNNSk3o>. Acesso em: 28 jun. 2021.

## **4. LGPD - 4º Painel – Lei Geral de Proteção de Dados e o Poder Judiciário.**

BRASIL. Escola da AGU. Governo Federal Brasileiro. LGPD - 4º Painel – Lei Geral de Proteção de Dados e o Poder Judiciário. Brasília - DF: Escola da Agu, 2021. (210 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kbpwFDgU8yY>. Acesso em: 28 jun. 2021.

## **5. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no judiciário.**

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no judiciário. Brasília - DF: Superior Tribunal de Justiça, 2020. (7 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=caaUla1wYOo>. Acesso em: 28 jun. 2021.

# TESES

## **1. O paradigma da sociedade da informação e a Lei Geral de Proteção de Dados: um estudo analítico dos desafios do poder judiciário no tratamento de dados processuais.**

SANDRI, Gabriela Marson. **O paradigma da sociedade da informação e a Lei Geral de Proteção de Dados: um estudo analítico dos desafios do poder judiciário no tratamento de dados processuais.** 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí - Sc, 2020. Disponível em:

[https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2740/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Gabriela%20Marson%20oSandri\\_Dep%C3%B3sito%20\(16%2011%202020\).pdf](https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2740/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Gabriela%20Marson%20oSandri_Dep%C3%B3sito%20(16%2011%202020).pdf). Acesso em: 24 jun. 2021.

# NORMATIVOS

## **1. Recomendação nº 73, de 20 de agosto de 2020.**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação nº 73, de 20 de agosto de 2020. Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a adoção de medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. **Diário da Justiça Eletrônico:** Brasília, DF, n. 272, p. 09, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **2. Resolução nº 363, de 12 de janeiro de 2021.**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 363, de 12 de janeiro de 2021. Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais. **Diário da Justiça Eletrônico:** Brasília, DF, n. 11, p. 02, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3668>. Acesso em: 24 jun. 2021.

## **3. Resolução do Órgão Especial nº 13, de 29 de abril de 2021**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Ceará). Resolução do Órgão Especial nº 13, de 29 de abril de 2021. Institui a estrutura de governança responsável por implantar, acompanhar e garantir a execução da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário da Justiça Eletrônico:** Fortaleza, CE, n. 2599, p. 02, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://esaj.tjce.jus.br/cdje/index.do>. Acesso: 28 jun. 2021.

# LEGISLAÇÃO

## **1. Lei nº 13709, de 14 de agosto de 2018.**

BRASIL. Lei nº 13709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).. Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 28 jun. 2021.

## **Precisa de uma pesquisa sobre outra temática?**

Envie uma mensagem para o WhatsApp Business da biblioteca com o assunto desejado e atenderemos sua solicitação.

Contato: **(85) 3388-9399**